

Programa Desenrola Brasil é prorrogado até 31 de março de 2024



O Programa Desenrola Brasil foi prorrogado até 31 de março de 2024, de acordo com a Medida Provisória nº 1.199, de 11 de dezembro de 2023, publicada nesta terça-feira (12) no Diário Oficial da União. A Portaria 1.572, de 11 de dezembro de 2023, também foi publicada no DOU e estabelece que, a partir desta terça, usuários com conta bronze no Gov.br já podem acessar a plataforma de renegociação de dívidas do Governo Federal.

A prorrogação é válida para a Faixa 1, que consiste nas negociações feitas diretamente na plataforma de renegociação do Desenrola, programa emergencial de renegociação de dívidas privadas de pessoas físicas inadimplentes. Já a Faixa 2, que inclui as negociações feitas diretamente com os bancos e outros credores, continua sendo válida até 31 de dezembro. Portanto, a partir de janeiro, as negociações serão feitas exclusivamente pela plataforma.

O programa já beneficiou cerca de 11 milhões de brasileiros, incluindo pessoas que puderam realizar desnegativações automáticas de dívidas de até R\$ 100. Na plataforma do programa, houve descontos médios de 90% para os pagamentos à vista e de 85% para as quitações parceladas, conforme mostrou o censo do Desenrola.

A partir de agora, todas as dívidas na plataforma poderão ser renegociadas com opção de parcelamento. Essa ampliação significa que mais 7,3 milhões de dívidas que estavam disponíveis para pagamentos à vista poderão ser divididas em até 60 meses, sem necessidade de entrada e com quitação da primeira parcela somente em 2024. São dívidas negativadas entre 2019 e 2022, e cujo valor atualizado seja inferior a R\$ 20 mil.

2018: Bancários lutam contra o desmonte das leis trabalhistas

Vamos lembrar o desmonte dos direitos dos trabalhadores, um ano após a implementação da reforma trabalhista de Michel Temer e os impactos sentidos com a dificuldade de acesso à Justiça do Trabalho, desregulamentação e precarização das relações trabalhistas com o trabalho intermitente, além da terceirização.

Enquanto muitos sindicatos estavam desaparecendo, os Sindicatos dos Bancários conquistaram o acordo de 2 anos e a manutenção do acordo previsto na Convenção Coletiva de Trabalho.

Em 2019, com o início do governo de Jair Bolsonaro, o movimento sindical bancário travou uma luta contra a MP 905 que liberava o trabalho nos finais de semana, o fim da jornada de 6h, alteração na regra da PLR, entre outras práticas que atingiam duramente a categoria bancária.

A forte mobilização dos bancários neutralizou os efeitos da MP 905 e a revogou por completo. Em dezembro, o Comando Nacional dos Bancários assinou, junto à Fenaban, um acordo garantindo a manutenção dos direitos.